

Economista pede mudança para evitar estagflação

Eduardo Modiano diz que vai ser inevitável para o Governo a desindexação da economia

SÉRGIO COSTA
Da Sucursal

Rio — A manutenção da política do feijão com arroz indica um quadro de inflação gradualmente ascendente, com uma taxa anual em torno dos 800 por cento este ano, e um agravante processo recessivo no curto prazo, com um crescimento econômico ligeiramente negativo. Este quadro está colocando como inevitável, para a equipe econômica, a realização de um programa de desindexação, e que já está sendo precedido de medidas de austeridade fiscal (anticipação no recolhimento do IPI) e monetária (aumento das taxas de juros), mas o tempo é curto.

A análise é de um ex-integrante do grupo que, em 1986, forjou o projeto do primeiro choque heterodoxo aplicado na economia brasileira, o Plano de Estabilização Econômica: Eduardo Modiano, para quem o atual panorama da economia do País leva à necessidade de um programa de desindexação dentro de 30 a 60 dias. E para sustentar, lembra que em setembro a URP deverá ficar em 21 por cento, reajustando por três meses os salários nesse patamar e levando a uma pressão ainda maior sobre o déficit público, para afetar também a folha do funcionalismo.

Modiano adverte que a realização do programa de desindexação, entretanto, terá necessariamente de passar por um pacto social entre empresários, trabalhadores e Governo, ao contrário do que ocorreu com o Plano Cruzado. Ele explica que qualquer plano de desindexação da economia brasileira tem de começar pela eliminação da URP, substituída por outra regra de correção salarial, "e isto terá de ser negociado com os trabalhadores".

Esse programa de desindexação, para o economista, teria de ser bastante ambicioso, eliminando todos os mecanismos de correção automática. Sua proposta é de que os reajustes partam de uma espécie de fórum, "um CIP expandido", onde a cada 30 ou 60 dias se determinasse quais os aumentos para preços públicos, salários, câmbio etc. "Ou seja, um miníaco, com base na expectativa de uma inflação futura, e não a passada".

P — Para onde vai a economia brasileira, levando-se em conta os indicadores que ela apresenta hoje?

Eduardo Modiano — Se não for feito nada, a pura e simples manutenção da política feijão-com-arroz já indica — na medida em que as dificuldades serão grandes para conter os gastos públicos — um quadro de uma inflação gradualmente ascendente, e de um agravamento do processo recessivo no curto prazo. Ou seja, um quadro extremamente preocupante para o final de 1988. Mantida a situação atual, por exemplo, provavel-

Partir para a desindexação será inevitável. O que se está discutindo, hoje, é se ela será parcial ou gradual, por via de redutor, ou de forma mais ampla, através de um congelamento parcial. Na verdade, o congelamento nada mais é que um grande redutor, de 100 por cento, na medida em que você corta a ligação, o repasse da inflação do mês passado, esse redutor que está sendo proposto atualmente, em torno de 10 a 20 por cento, apenas amortece o repasse. Agora, entre a proposta que se está discutindo, atribuída ao professor Simonsen, de um redutor de 10 a 20 por cento, e o congelamento, há um amplo espaço de negociação. O congelamento, entretanto, um artifício ainda do Plano Cruzado, tem muito poucas possibilidades de dar certo, hoje. A desindexação por si só não vai provocar queda permanente da taxa de inflação, como já vimos com o Cruzado e o Plano Bresser. Pode é produzir resultados eleitorais de curto prazo. Tem de ser acompanhada de medidas de austeridade fiscal e monetária. O que a equipe econômica pode estar fazendo, hoje é invertendo a ordem: primeiro a austeridade fiscal e monetária, para depois desindexar. Só que não sobra muito tempo: a desindexação terá de acontecer, no máximo, entre 30 a 60 dias, porque aquela austeridade não vai produzir resultados a curto prazo. Principalmente quando se sabe que, em setembro, a URP deverá virar em torno de 21 por cento, contribuindo para manter a inflação acima de 20 por cento ao mês.

P — Quals foram os principais erros cometidos pela política econômica, desde o Plano Bresser, em junho de 1987, e que conduziram a este quadro?

R — Essa inflação que vivemos hoje, da ordem de 20 a 25 por cento ao mês, não é surpreendente. Os primeiros cálculos feitos logo após o anúncio do Plano Bresser já indicavam que, se os assalariados buscavam a reposição dos 26 por cento que o Plano buscava esquecer — a inflação de junho de 1987 —, ao final de 12 meses, e exatamente em junho ou julho de 1988, completando-se todo um ciclo de dissídios, a inflação mensal estaria novamente na faixa de 20 a 25 por cento. E isto é o mesmo com a URP. O que surpreende, em parte, é que o Governo tenha conseguido uma certa estabilidade ao longo do primeiro semestre, mantendo a inflação em média, na faixa dos 18 por cento ao mês. Mas isto também, em parte, porque começou a manipular um pouco os reajustes dos preços públicos, depois da pressão que os mesmos exerceram a partir de outubro/novembro de 1987, quando ficou claro que não só o Plano Bresser não tinha força suficiente para resolver o problema do déficit público, como ele vinha se agravando. E isto levou a uma política de aumento das tarifas públicas.

P — Você acha que o País ain-

da tem alguma esperança de sucesso com políticas graduais de combate à inflação?

R — Não. Eu não acredito, e nunca acreditei, na política gradualista de combate à inflação. O gradualismo pode gerar excelentes resultados com taxas de inflação moderadas, mas não da magnitude que estamos observando hoje. O redutor para preços e salários, proposto pelo professor Mário Henrique Simonsen, por exemplo, que tanto espaço ganhou, é uma medida na linha gradualista, algo que funcionou perfeitamente em 1975/1976, quando tivemos uma inflação entre 50 e 60 por cento ao ano, mas que dificilmente vai conseguir resultados significativos a curto prazo, com uma taxa de inflação da ordem de 24 por cento. Então, nunca, acreditei muito no gradualismo, nem para combater uma inflação mensal de 12 por cento, tanto é que defendi um concepção o que foi o Plano Cruzado, outros processos de desindexação. Se as coisas não funcionaram bem, não foram bem engendradas. Se as medidas complementares não foram tomadas, é que houve uma certa euforia que levou o desestímulo ao Governo para tomar certas me-

de 21 por cento ao mês? Não há austeridade fiscal suficiente para se contrapor a isso.

P — Que relação pode se levar entre as medidas adotadas por países como Israel, Bolívia, México e, agora, novamente a Argentina, com a situação brasileira de combate à inflação e ao déficit?

R — A Argentina tem um problema de déficit público crônico, talvez até mais grave que o brasileiro, e não se pode dizer que o Plano Austral ou os seus sucessores tenham resolvido a questão. O caso da Bolívia é mais simples, já que sua principal fonte de receita era o imposto sobre combustível, e a fazer a inflação cair — aumentando a arrecadação real do governo — e com o aumento dessas tarifas, praticamente resolveu o problema do déficit. Em Israel, desde o programa de junho de 1985 (o Plano Shekel), além do congelamento de preços e salários, um pacto que sempre acreditou que a queda da inflação tinha cerne no déficit público: eliminaram todos os subsídios, outras formas de incentivos fiscais, aumentaram substancialmente as tarifas públicas, demitiram funcionários públicos e baixaram o déficit de 12 por cento para 2 ou 3 por cento do PIB em três meses. Já o México tem uma situação favorável, com um superávit bem favorável no que eles chamam de déficit não-financeiro, que exclui os juros da dívida externa. Com os juros, o déficit também seria pequeno, acredito.

P — Você citou o acordo feito em Israel, entre empresários, trabalhadores e Governo, para a realização de um choque econômico. Um programa de política econômica nesses moldes, no Brasil, exigiria hoje também a realização de um pacto social?

R — Não tenho a menor dúvida. Seria o melhor caminho, mas se ele vai ser trilhado ou não, não sabemos. Existe algum movimento nessa direção, nos últimos dois meses, entre empresários e trabalhadores, e o acordo seria mesmo preferível para que se tenha um programa de estabilização com condições de dar certo. Para que haja coordenação da desindexação, e que os custos da queda da inflação sejam distribuídos de uma forma mais equânime, é preciso que representantes do empresariado, sindicatos e Governo sentem e distribuam os ônus. Ninguém coordenou depois do Plano Cruzado, e o Governo pagou a conta, dilapidando as reservas cambiais. Qualquer plano de desindexação da economia brasileira, hoje, tem de começar pela eliminação da URP, substituída por outra regra de correção salarial, e isto terá de ser negociado com os trabalhadores. Então, a única garantia de sucesso para um programa de desindexação é um pacto.

P — Jogando então com a hipótese de que se chegue a um pacto, o que seria feito a se-

“ Eu não acredito, e nunca acreditei, na política gradualista de combate à inflação.

O redutor para preços e salários é uma proposta gradualista, que funcionou em 75 e 76, quando tivemos uma inflação de 50 a 60% ao ano. ”

“ O programa não deveria estabelecer regras automáticas de reajuste para o futuro; tudo seria fruto de um CIP expandido, onde a cada 30 ou 60 dias se determinassem os reajustes, com base numa expectativa de inflação futura, e não passada. ”

“ Qual a sua proposta para um programa de desindexação para a economia brasileira de hoje?

R — Teria de ser um programa de desindexação bem mais ambicioso do que os discutidos até aqui, com a eliminação dos atuais mecanismos de correção automática: preços, salários, câmbio etc. Algo muito mais amplo do que a proposta do redutor, ou mesmo do Plano Bresser, que manteve todas as regras de indexação. O programa não deveria estabelecer regras automáticas de reajuste para o futuro; tudo deveria ser fruto, talvez, de um fórum, um CIP expandido, onde a cada 30 ou 60 dias se determinasse quais os reajustes para preços públicos, salários, câmbio... ou seja, um miníaco, um miníaco, com base na expectativa de uma inflação futura, e não a passada. Agora, para que a inflação caia de verdade, e que esse programa de estabilização tenha um alcance mais amplo, tem de ser acompanhado, e talvez até precedido, de um outro programa de redução do déficit público até algo em torno de 2 por cento do PIB. Com um déficit em torno de 4 ou 5 por cento do Produto, dificilmente se conseguirá uma queda permanente da inflação. E aí continuar buscando talvez com mais segurança e firmeza, condições melhores na negociação da dívida externa, do que aqueles que alcançamos até o momento. Pelo que temos observado, é difícil que o alívio no setor externo venha antes de um programa de estabilização. O acordo que conseguimos agora é melhor do que os anteriores, mas não chega a ajudar para diminuir as pressões inflacionárias internas.